

**continuação**

também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam em 2016: R\$ 2.703.749,88. Em 02/09/2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da interpretação Técnica Federal (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso III alínea "f") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "c"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos.

**9.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu no exercício de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 2.187.476,88. Em 2015, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou o valor de R\$ 2.364.474,51.

**9.2- Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Operações de longo prazo:** O valor presente representa direito ou obrigação decorrente de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação decorrente de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação decorrente de operações de longo prazo.

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina:** Data, Horário e Local: Aos 18<sup>os</sup> dias do mês de abril de dois mil e dezesseite, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4<sup>o</sup> andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Convidados: Superintendentes: Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Énio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11/11/2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM. O Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestões Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Veardor José Storzopoli (STORZOPOLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Lúcio de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florença de São José dos Campos (HMJFC), Hospital Municipal Pimentas Bonussoco de Guarulhos (HMGP), Hospital Geral Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euclydes de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (HANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (H PEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odélio Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranjá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hosp.Pedro) o Pronto-Socorro Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistencial Varzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Tenc. Da Saúde Vi Maria/ Vi Guilherme (VLGUIV).

**Relatório dos Auditores Independentes: Opinião:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Varzea do Carmo que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos

**de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incidente também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção encontra-se registrada em contas específicas de receitas, sendo que no exercício de 2016 atingiu um montante de R\$ 900.000. Em 2015 por não haver o pagamento desses serviços, a unidade gerenciada não usufruiu de tal isenção. **9.3-Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2016 foi de R\$ 515.373,00. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2015, esse montante foi de R\$ 555.079,76. **9.4-Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da interpretação Técnica Federal (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2016, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 7.660,22. Em 2015 a entidade apurou o valor de R\$ 9.028,13. **10-Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste a Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação decorrente de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação decorrente de operações de longo prazo.

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina:** Data, Horário e Local: Aos 18<sup>os</sup> dias do mês de abril de dois mil e dezesseite, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4<sup>o</sup> andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Convidados: Superintendentes: Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Énio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11/11/2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM. O Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestões Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Veardor José Storzopoli (STORZOPOLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Lúcio de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florença de São José dos Campos (HMJFC), Hospital Municipal Pimentas Bonussoco de Guarulhos (HMGP), Hospital Geral Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euclydes de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (HANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (H PEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odélio Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranjá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hosp.Pedro) o Pronto-Socorro Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistencial Varzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Tenc. Da Saúde Vi Maria/ Vi Guilherme (VLGUIV).

gação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadraram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde decorrerem a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: "Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11-Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12-Exercício Social:** Conforme estabelece o Art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1<sup>o</sup> de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31/12/2016.

**Aline Fernanda dos Santos V. Custodio - Contadora-CRC TSP 298.438/O-8**  
**AMÉ MARIA ZÉLIA (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME P), o AME de Taboão da Serra (AME TA) AME Brá, e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Estele (Idoso Estele), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Rede Helvética (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R. LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assit. Farmaceut. CEAF Vi Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional-Afilidos CEPAM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Pq Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão P/ Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMFMO), Hospital Novo de Abril de Juruá (HNOVA), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM) Complexo Hospitalar Prefeito Edvaldo Orsi de Campinas (CHPEO - Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSM/VMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assist. Vi. Carrão Aricandeva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitais (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabacaruá/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. - STS Perus / Pirutuba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. da Vila Belém, Tatupet, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPJA Engenharia de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) UPJA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS AP 3.2 (A.P. 3.2), o PAIS AP 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPJA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPJA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coord. de Emerg. Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Énio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18/04/2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira; Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana; Sr. José Eduardo Ribeiro; Dr. Agenor Pares - objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional a mantemos o escrutínio profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a base contábil de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos, São Paulo - SP, 30/03/2017, Audisa Auditores Associados - CRC/SP 254 024298/O-3; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAl - SP - 1619, Alexandre Chiaratti/O-3; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAl - SP - 1620.**

**FUGINI ALIMENTOS LTDA**

CNPJ nº 00.588.458/0001-03

**Demonstrações Financeiras**

Ativo	Combinado		Passivo	Combinado		Demonstrações dos resultados abrangentes combinados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)	
	2016	2015		2016	2015	2016	2015
<b>Balanço Patrimonial combinados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)</b>							
<b>Circulante</b>	<b>186.775</b>	<b>185.172</b>	<b>Circulante</b>	<b>134.962</b>	<b>129.137</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5.022	22.111	Fornecedores	45.042	25.889		
Contas a receber	72.897	64.350	Empréstimos e financiamentos	64.531	76.244		
Estoque	98.105	74.933	Obrigações de longo prazo	2.827	2.853		
Impostos a recuperar	5.320	13.941	Obrigações fiscais e tributárias	12.415	14.333		
Instrumentos financeiros - derivativos	801	7.617	Adiantamentos de clientes	2.914	3.421		
Demais contas a receber	4.630	2.220	Demais contas a pagar	423	500		
<b>Não circulante</b>	<b>1.551</b>	<b>2.481</b>	<b>Não circulante</b>	<b>84.302</b>	<b>91.523</b>		
Impostos a recuperar	321	561	Empréstimos e financiamentos	68.187	75.172		
Impostos diferidos	927	-	Obrigações fiscais e tributárias	14.536	10.196		
Instrumentos financeiros - derivativos	-	1.769	Impostos diferidos	-	5.493		
Depósitos judiciais	303	151	Provisão de contingências	1.579	662		
Intangível	1.365	1.490	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>94.102</b>	<b>90.438</b>		
Imobilizado	123.875	121.955	Capital social	1.600	1.600		
	<b>125.040</b>	<b>123.445</b>	Ajuste avaliação patrimonial	19.024	19.892		
			Ajuste avaliação patrimonial - controladas	26.995	19.470		
			Reserva de Subvenção de Investimento - controladas	43.656	46.623		
			Reserva de lucros	1.579	662		
<b>Total do ativo</b>	<b>313.366</b>	<b>311.098</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>313.366</b>	<b>311.098</b>		
<b>Demonstrações das mutações dos patrimônios líquidos combinados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares Reais)</b>							
	<b>Capital social</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial - Reflexa</b>	<b>Reserva de Subvenção de Investimento - Reflexa</b>	<b>Reserva de Total do patrimônio líquido</b>		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>1.600</b>	<b>2.879</b>	<b>21.648</b>	<b>6.887</b>	<b>41.247</b>	<b>74.261</b>	
Distribuição de dividendos conforme AGO	-	-	-	-	(7.562)	(7.562)	
Realização do custo atribuído	-	(26)	(1.756)	-	846	(936)	
Reserva Subvenção Investimento - Reflexa	-	-	-	12.583	(13.898)	(223)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	25.898	25.898	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.600</b>	<b>2.853</b>	<b>19.892</b>	<b>19.470</b>	<b>46.623</b>	<b>90.438</b>	
Distribuição de dividendos conforme AGO	-	-	-	-	(7.159)	(7.159)	
Realização do custo atribuído	-	(26)	(868)	-	894	-	
Reserva Subvenção Investimento - Reflexa	-	-	-	7.525	(8.458)	(933)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.756	11.756	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.600</b>	<b>2.827</b>	<b>19.024</b>	<b>26.995</b>	<b>43.656</b>	<b>94.102</b>	
<b>Demonstrações dos resultados combinados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares Reais)</b>							
	<b>Combinado</b>	<b>Combinado</b>		<b>Combinado</b>	<b>Combinado</b>		
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>396.523</b>	<b>349.288</b>	<b>Resultado operacional antes dos efeitos financeiros</b>	<b>46.102</b>	<b>57.761</b>		
Custo dos produtos vendidos	(239.060)	(197.860)	<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(37.693)</b>	<b>(32.552)</b>		
<b>Resultado bruto</b>	<b>157.463</b>	<b>151.428</b>	<b>Resultado do exercício antes do IR e da CS</b>	<b>8.409</b>	<b>25.209</b>		
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>	<b>(122.857)</b>	<b>(122.857)</b>	<b>Impostos e contribuições</b>	<b>(2.421)</b>	<b>(1.293)</b>		
Contas vendas e comerciais	(82.599)	(76.062)	Contribuição Social corrente	4.421	(496)		
Gerais e administrativas	(42.499)	(32.667)	Imposto de Renda diferido	4.720	1.823		
Outras despesas/(receitas) operacionais	(13.737)	(15.062)	Contribuição Social diferida	1.700	656		
	<b>(111.361)</b>	<b>(93.667)</b>	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>11.756</b>	<b>25.899</b>		
O parecer dos auditores independentes e as demonstrações financeiras completas, acompanhadas das notas explicativas estão disponíveis na sede da empresa.							

Ativo	Combinado		Passivo	Combinado		Demonstrações dos resultados abrangentes combinados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)	
	2016	2015		2016	2015	2016	2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>11.756</b>	<b>25.899</b>					
Outros resultados abrangentes	-	-					
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>11.756</b>	<b>25.899</b>					
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa combinados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares reais)</b>							
	<b>Combinado</b>	<b>Combinado</b>		<b>Combinado</b>	<b>Combinado</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>Resultado do exercício</b>	<b>11.756</b>	<b>25.899</b>		
Ajustes p/conciliar o lucro líquido/(prejuízo) ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			Depreciações e amortizações	8.469	7.993		
Provisão para devedores duvidosos	73	600	Provisão de contingências	917	(117)		
Resultado na venda de ativo permanente	18	2.079	Impostos diferidos	(6.420)	(2.480)		
Impostos diferidos	(6.420)	(2.480)	Ajuste adoção custo atribuído	-	(2.301)		
Ajuste adoção custo atribuído	-	(2.301)	Instrumentos Financeiros Derivativos	8.585	(10.416)		
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.585	(10.416)	Provisões juros sobre empréstimos	(16.097)	(26.564)		
Provisões juros sobre empréstimos	(16.097)	(26.564)		39.495	47.821		
<b>Variação em ativos e passivos operacionais:</b>							
Contas a receber de clientes	(8.620)	(1.996)					
Estoques	(23.172)	9.264					
Impostos a recuperar	6.861	(7.023)					
Outras contas a receber	(2.410)	832					
Depósitos judiciais	(152)	35					
Fornecedores	19.153	(7.207)					
Obrigações sociais	887	651					
Impostos e contribuições a recolher	2.423	(3.513)					
Outras contas a pagar	(584)	58					
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>35.881</b>						